



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

TERMO DE REFERÊNCIA 03/2026

CAPÍTULO I
DA DEFINIÇÃO DO OBJETO

1. OBJETO

1.1. Chamada Pública para aquisição de gêneros alimentícios diretamente da **Agroindústria Familiar** e do Empreendedor Familiar Rural conforme §1º do art.14 da Lei nº 11.947/2009 e Resolução/CD/FNDE nº 06, de 08 de maio de 2020 alterada pela Resolução/CD/FNDE nº 20 de 02 de dezembro 2020.

Item	Descrição dos gêneros	Unidade	Valor unitário médio	Cronograma de Entrega	Quantidade estimada	Valor Total
1	BOLO SIMPLES - bolo artesanal de laranja/cenoura/milho/chocolate, de boa qualidade, aspecto sensorial normal, ausência de produtos químicos, microrganismos ou outras impurezas que venham a comprometer o armazenamento e a saúde humana. Acondicionado em embalagem plástica atóxica, transparente. Rótulo com discriminação dos ingredientes e com data de fabricação e validade.	Quilogramas (kg)	R\$25,00	Entrega parcial conforme pedido pelo setor da Alimentação Escolar SMEC no Departamento de Materiais de segunda a sexta-feira das 08h as 09h	800	R\$20.000,00
2	CHARQUE OVINO (Pct 500g)- Charque ovino obtido de carne ovina de boa procedência, submetida a processo adequado de salga e secagem. Produto de boa qualidade, com odor e coloração característicos, livre de sujidades, parasitas, matérias estranhas ou sinais de deterioração. Deve atender às normas sanitárias vigentes, com registro no órgão competente.	Quilogramas (kg)	R\$ 60,00	Entrega parcial conforme pedido pelo setor da Alimentação Escolar SMEC no Departamento de Materiais de segunda a sexta-feira das 08h as 09h	40	R\$2.400,00
3	CROQUETE DE PEIXE - Croquete de peixe elaborado com peixe de boa qualidade, devidamente processado, temperado e moldado. Produto íntegro, com sabor e odor característicos, isento de matérias estranhas e sinais de deterioração. Deve ser acondicionado em embalagem adequada, com identificação do produto, data de fabricação e validade, atendendo às exigências sanitárias vigentes.	UN	R\$2,00	Entrega parcial conforme pedido pelo setor da Alimentação Escolar SMEC no Departamento de Materiais de segunda a sexta-feira das 08h as 09h	400	R\$800,00
4	CUCA – tipo italiana, sem recheio, de boa qualidade, aspecto sensorial normal, ausência de produtos químicos, microrganismos ou outras impurezas que venham a comprometer o armazenamento e	Quilogramas (kg)	R\$25,00	Entrega parcial conforme pedido pelo setor da Alimentação Escolar SMEC no Departamento de Materiais de	800	R\$20.000,00



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

	a saúde humana. Acondicionado em embalagem plástica atóxica, transparente. Rótulo com discriminação dos ingredientes e com data de fabricação e validade.			segunda a sexta-feira das 08h as 09h		
5	DOCE DE LEITE – Doce de leite pastoso, produto de 1º qualidade feito de leite integral e açúcar, textura homogênea, isento de amido, acondicionado em embalagem plástica atóxica, rótulo com informações do produto, ingredientes, peso, data de fabricação e prazo de validade. Pote de 400 gramas.	UN	R\$16,67	Entrega parcial conforme pedido pelo setor da Alimentação Escolar SMEC no Departamento de Materiais de segunda a sexta-feira das 08h as 09h	600	R\$10.002,00
6	FRANGO TIPO COLONIAL PICADO – Cortes congelados (sem pescoço, pés e cabeça) , sem adição de sal e temperos. Características gerais: abatidos sob inspeção e em estabelecimento com registro sanitário em órgão competente (SIF, SIE ou SIM). Rótulo: o produto deverá ser rotulado de acordo com a legislação vigente, com nome e endereço do abatedouro, constando obrigatoriamente o registro no órgão competente (SIF, SIE ou SIM), identificação completa do produto, peso líquido, data de fabricação, prazo de validade, temperatura de armazenamento e conservação.	Quilogramas (kg)	R\$33,00	Entrega parcial conforme pedido pelo setor da Alimentação Escolar SMEC no Departamento de Materiais de segunda a sexta-feira das 08h as 09h	1.200	R\$39.600,00
7	MANDIOCA DESCASCADA CONGELADA E EMBALADA - com classificação/características gerais: deverá ser procedente de espécimes vegetais genuínos e são, ter atingido grau máximo no tamanho, aroma e cor da espécie e variedade, estar livre de enfermidades, sujidades, insetos e resíduos de fertilizantes. Não estar danificado por qualquer lesão de origem física ou mecânica que afete sua aparência. Não serão permitidos rachaduras, perfurações e cortes.	Quilogramas (kg)	R\$16,50	Entrega parcial conforme pedido pelo setor da Alimentação Escolar SMEC no Departamento de Materiais de segunda a sexta-feira das 08h as 09h	2.000	R\$33.000,00
8	MEL NATURAL DE ABELHAS: centrifugado, decantado. Armazenado em embalagem hermeticamente fechada, pote de 1kg.	Quilogramas (kg)	R\$30,00	Entrega parcial conforme pedido pelo setor da Alimentação Escolar SMEC no Departamento de Materiais de segunda a sexta-	400	R\$12.000,00



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

				feira das 08h as 09h		
9	OVOS IN NATURA TIPO CAIPIRA – Classificação/características gerais: Ovo in Natura tipo Caipira, peso mínimo 50g, casca limpa, intacta, isenta de umidade externa anormal, mofo ou cheiro desagradável. Com registro nos órgãos de inspeção sanitária. Acondicionado em embalagem com 12 unidades.	Dúzia	R\$15,00	Entrega parcial conforme pedido pelo setor da Alimentação Escolar SMEC no Departamento de Materiais de segunda a sexta-feira das 08h as 09h	3.500	R\$52.500,00
10	PASTEL DE PEIXE - Pastel de peixe elaborado com massa e recheio de peixe de boa qualidade, devidamente processado e temperado. Produto íntegro, com sabor e odor característicos, isento de matérias estranhas e sinais de deterioração. Deve ser acondicionado em embalagem adequada, contendo identificação, data de fabricação e validade, atendendo às normas sanitárias vigentes.	UN	R\$2,00	Entrega parcial conforme pedido pelo setor da Alimentação Escolar SMEC no Departamento de Materiais de segunda a sexta-feira das 08h as 09h	400	R\$800,00
11	QUEIJO COLONIAL – maturado, com sal, textura semidura com sabor, cor e odor característicos, obtido a partir do leite pasteurizado. Acondicionado em embalagens de 300g. Com rótulo contendo informações do produto: ingredientes, peso, data de fabricação e validade, registro no (SIF, SIE ou SIM)	Quilogramas (kg)	R\$54,00	Entrega parcial conforme pedido pelo setor da Alimentação Escolar SMEC no Departamento de Materiais de segunda a sexta-feira das 08h as 09h	1000	R\$54.000,00
12	REQUEIJÃO CREMOSO – produto pastoso de cor clara e uniforme, odor e sabor próprios, isento de mofos, bolores ou substâncias estranhas, acondicionado em embalagem plástica atóxica. Com rótulo contendo informações do produto: ingredientes, peso, data de fabricação e validade, registro no (SIF, SIE ou SIM). Pote com 200 gramas:	UN	R\$11,33	Entrega parcial conforme pedido pelo setor da Alimentação Escolar SMEC no Departamento de Materiais de segunda a sexta-feira das 08h as 09h	3.000	R\$33.990,00
13	SUCO INTEGRAL – (de uva). Alimento natural líquido, integral, pasteurizado, sem adição de conservantes, água ou açúcar, obtido pelo beneficiamento de uvas, laranjas e bergamotas sadias. O produto deverá conter Registro no MAPA cumprindo a legislação vigente, constando datas de fabricação, validade e	Litros (lt)	R\$20,33	Entrega parcial conforme pedido pelo setor da Alimentação Escolar SMEC no Departamento de Materiais de segunda a sexta-feira das 08h as	2.500	R\$50.825,00



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA**

	lote.			09h		
TOTAL						R\$ 329.917,00

1.2. Não serão aceitos preços superiores aos estimados pela administração, na proposta do fornecedor.

2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de até 12 meses, sendo a previsão de início em Março de 2026.

3. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS/ SERVIÇOS

3.1. Os bens a serem adquiridos ou serviços a serem contratados enquadram-se na classificação de:

- (x) bens comuns (art. 6º, inciso XIII Lei n.º 14.133/2021)
- () bens especiais (art. 6º, inciso XIV Lei n.º 14.133/2021)
- () serviços comum (art. 6º, inciso XIII Lei n.º 14.133/2021)
- () serviços especiais (art. 6º, inciso XIV Lei n.º 14.133/2021)

CAPÍTULO II

DA FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO, DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO E REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

Aquisição de produtos alimentícios para disponibilização da Merenda Escolar, através de Chamada Pública da **Agroindústria** e do Empreendedor Familiar Rural, para o atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE, da Escolas Municipais, atendendo as necessidades do ano letivo de 2026, sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

O fator primordial para a saúde das crianças matriculadas na Rede Municipal de Ensino é a correta e saudável disponibilização de merenda durante o período em que os alunos frequentam as aulas. Além de melhorar a disposição e concentração, complementa uma dieta alimentar importantíssima para o crescimento e desenvolvimento do indivíduo.

O ensino gratuito é direito de todo cidadão, a alimentação nas escolas serve não só como componente fundamental para disposição e saúde dos alunos, melhorando o aproveitamento escolar de todos que participam como consumidores da Merenda Escolar, e para isso, o Município de São Borja busca, através deste instrumento, oficializar a intenção de buscar no mercado consumidor produtos de ótima qualidade e de referendada garantia de nutrição.

É de conhecimento de todos, que parte significativa das crianças matriculadas em escolas públicas por todo Brasil, tem na merenda, parte integrante do interesse de frequência escolar, e que por outro lado proporciona a participação na aprendizagem e crescimento social de todos aqueles que usufruem desse benefício.

A Secretaria Municipal de Educação e Cultura de São Borja atende Escolas de ensino infantil e fundamental, onde parte de todo sucesso passa também pela disponibilização de alimentação rica em nutrientes e de ótimo sabor.

Seguindo exigências nutricionais específicas, se faz necessária uma previsibilidade de grande antecedência, diante de um planejamento quantitativo e qualitativo dos itens que compõem o cardápio de toda rede municipal de ensino. Por esse motivo, justifica-se a contratação de gêneros alimentícios específicos para a Merenda Escolar em suas atividades.

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

5.1. A compra de gêneros alimentícios da **Agroindústria familiar** para atender ao programa nacional de alimentação escolar – PNAE, traz vários benefícios que justificam sua adoção, como o estímulo à economia



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

local, pois o dinheiro permanece na comunidade, fortalecendo as finanças locais. Leva-se em consideração também a qualidade dos alimentos, que são frescos, cultivados de forma mais sustentável e com menor uso de agrotóxicos, permitindo uma alimentação mais saudável e de melhor qualidade nutricional para os alunos. Além do mais, ocorre a diversificação da alimentação, porque a variedade de alimentos oferecidos pelas agroindústrias familiares colabora para uma dieta mais balanceada e diversificada nas escolas, proporcionando aos alunos a oportunidade de experimentar variados alimentos e nutrientes. Bem como, a valorização da cultura local e resgate das tradições culinárias, incentivando o consumo de alimentos típicos da região.

Contribui também na redução do impacto ambiental, auxiliando na diminuição da necessidade de transporte de longa distância, o que reduz as emissões de gases de efeito estufa e cooperando para a mitigação das mudanças climáticas. a compra de alimentos da Agroindústria familiar, promovem uma agricultura sustentável, incentivando as práticas agrícolas que preservam os recursos naturais e promovem a biodiversidade;

Portanto, os alimentos advindos da Agroindústria familiar não só beneficiam os alunos em termos de saúde e nutrição, mas também fortalecem a economia local, promove a sustentabilidade ambiental e valoriza a cultura alimentar regional. a utilização dos alimentos ocorre a partir da etapa da sua contratação e logo passa pela aquisição, sendo repassado para as escolas e usado para realizar as preparações alimentares, visando também a sua utilização integral e evitando o desperdício dos mesmos.

Adicionalmente, é imprescindível adquirir os alimentos provenientes da Agroindústria familiar não apenas para promover e reconhecer a produção local, mas também para cumprir com as disposições da Lei no 11.947, de 16 de junho de 2009.

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

6.1. O presente termo tem como objetivo a Contratação/aquisição de gêneros alimentícios produzidos diretamente pela Agroindústria Familiar.

Tal contratação não terá a indicação de marcas, não é necessário também a ficha técnica dos produtos, visto que os mesmos são produtos produzidos de forma natural por pequenos agricultores do Município.

Ademais os produtores devem se atentar a algumas exigências;

O produto solicitado pela Secretaria de Educação, deve estar fresco (quando se trata de frutas, verduras ou legumes) e devidamente embalado.

- Em boas condições de higiene.
- Devem obrigatoriamente ser produzido pelo agricultor em sua propriedade.
- Conter as características solicitadas pela nutricionista.
- Os produtos serão entregues somente quando solicitado, na semana seguinte e na quantidade solicitada.

Os produtos serão entregues até a semana seguinte da solicitação. Os itens envolvidos neste processo são considerados como bens e serviços comuns, pois seus critérios de desempenho e qualidade podem ser claramente definidos de forma objetiva no edital, utilizando especificações comuns de mercado, conforme estipulado no artigo 6o, inciso XIII, da Lei Federal no 14.133/2021.

6.2. Para garantir que a contratação seja bem-sucedida, é fundamental que o/a participante atenda a todas as condições estipuladas no documento de convocação e que realize uma atividade que esteja relacionada ou seja compatível com o propósito deste processo.

CAPÍTULO III **DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

7. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA**

7.1. O presente termo tem por objeto a aquisição/contratação de empresa especializada na prestação de serviços de aquisição de gênero alimentício pela Agroindústria familiar, como previsto na lei no 11.947/2009 que tem como objetivo, garantir que no mínimo 30% do recurso do PNAE (Plano Nacional de Alimentação Escolar) seja investido na compra direta de produtos da Agroindústria familiar. O objeto consiste na aquisição de gêneros alimentícios diretamente das agroindustrias familiares, assegurando a valorização e fomento da produção local, a inclusão social e econômica desses produtores e a oferta de produtos de qualidade aos órgãos públicos contratantes.

8. DO LOCAL, PRAZO DE ENTREGA E CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO

8.1. PRAZO

O cronograma de entrega será disponibilizado após a assinatura do contrato com antecedência mínima de **7 (sete) dias da data prevista para iniciar a distribuição**. O cronograma de entrega poderá sofrer ajustes e modificações ao longo do ano.

No ato das entregas, quando o produto não corresponder ao exigido, será devolvido a qualquer tempo acompanhado de notificação do problema e deverá substituir o produto conforme necessidade da unidade, sem qualquer ônus para a instituição contratante.

A equipe da alimentação escolar estará acompanhada da Nutricionista (Responsável Técnico) e terá o direito de recusar o recebimento do (s) produto (s) quando este (s) não se encontrar (em) dentro das condições estabelecidas no anexo, quando serão observados os seguintes critérios:

- a)** Os produtos que, eventualmente, for reprovado, neste caso, a sua distribuição e seu pagamento serão condicionados a substituição pelo fornecedor direto nas escolas, e seu fornecimento deverá ser suspenso caso não esteja conforme e que comprometa a sua qualidade até que as pendências existentes sejam sanadas;
- b)** Quando houver a substituição do produto será liberado para distribuição e para as demais providências relativas à liquidação;
- c)** As despesas decorrentes de problemas relativos ao comprimento da qualidade do produto, ficarão por conta do fornecedor, que deverá recolher e substituir os produtos nos locais indicados pelo Setor Alimentação Escolar – SMEC no prazo de 02 (dois) dias úteis a contar da reprovação;

8.2. LOCAL E HORÁRIO

Os gêneros alimentícios deverão ser entregues de forma parcial conforme pedido pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura no Departamento de Materiais (Rua João José de Oliveira Freitas nº 890 – Vila Cabeleira, São Borja/RS) de segunda a sexta-feira das 08h as 09h em dias úteis. Telefone (55) 3431-1105, e-mail dmpd@saoorja.rs.gov.br

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1. São obrigações da Contratante:

- a)** receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;
- b)** verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente com as especificações constantes na TR e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- c)** comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- d)** acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- e)** efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste Termo de Referência;



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA**

f) a Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes neste Termo de Referência e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

- a) efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal.
- b) responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- c) comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- d) manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na chamada pública;
- e) indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

11. GARANTIA (E/OU VALIDADE)

(X) Caso os produtos não estejam em perfeitas condições de consumo, serão devolvidos no ato da entrega e o produtor vencedor deverá, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contados da comunicação da rejeição, substituí-los.

(x) Durante o período da garantia, a ADJUDICATÁRIA obriga-se a efetuar, sem ônus para a Prefeitura Municipal de São Borja, a substituição ou reparo do objeto que apresentar defeitos de fabricação, no prazo de até 2 (dois) dias úteis, a contar do 1º dia útil posterior à data de confirmação do recebimento da comunicação.

CAPÍTULO IV DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

12. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

12.1. Nos termos do art. 117, da Lei nº 14.133/2021, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega do objeto contratado, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

12.2. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

12.3. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

12.4. O fiscal do contrato poderá ser auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.

12.5. O responsável pela fiscalização do contrato será JOSELIA DORNELLES MESSA PIRES, Nutricionista sbalimentacaoescolar@gmail.com, 3430-4130 e seu substituto será PAULA MICHELE KIRINUS, Nutricionista, lotada no departamento de alimentação escolar sbalimentacaoescolar@gmail.com, 3431-4130.

13. DOS PROCEDIMENTOS DE TESTES E INSPEÇÕES

13.1. O CONTRATANTE reserva-se ao direito de promover avaliações, inspeções e diligências visando esclarecer quaisquer situações relacionadas ao fornecimento do objeto contratado, sendo obrigação da CONTRATADA acolhê-las.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA**

**CAPÍTULO V
DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

14. DA APLICAÇÃO DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO

14.1. O objeto contratado será recebido provisoriamente pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

14.2. A entrega poderá ser rejeitada, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

14.3. O recebimento definitivo ocorrerá de forma tácita 10 dias corridos para bens, após o recebimento provisório, após a verificação da qualidade e consequente aceitação.

15. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

I. dar causa à inexecução parcial do contrato;

II. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III. dar causa à inexecução total do contrato;

IV. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

V. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

VIII. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

IX. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

X. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

XII praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

15.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

I. advertência;

II. multa;

III. impedimento de licitar e contratar;

IV. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

15.2.1. Na aplicação das sanções serão considerados:

I a natureza e a gravidade da infração cometida;

II as peculiaridades do caso concreto;

III. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

V. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

15.2.3. A sanção prevista no inciso I do item 16.2, será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

15.2.4. A sanção prevista no inciso II do item 15.2, de 1% (um por cento) do valor do contrato por dia de atraso, aplicada por deixar de executar o objeto contratado sem motivo justificado e aceito pela fiscalização, limitado a 10 dias consecutivos, configurando inexecução parcial do contrato.

15.2.4.1. De 15% (quinze por cento) do valor do contrato, aplicado por deixar de executar o objeto contratado sem motivo justificado e aceito pela fiscalização, por período superior a 15 dias consecutivos. Fica



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA**

a critério da Administração a não aceitação do objeto, de forma a configurar inexecução total do contrato, sem prejuízo as demais sanções e penalidades cabíveis.

15.2.5. A sanção prevista no inciso III do item 16.2 deste termo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta da Prefeitura Municipal de São Borja, pelo prazo de 3 (três) anos.

15.2.6. A sanção prevista no inciso IV do item 16.2. deste termo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no item 16.2.6, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

15.2.7. A sanção estabelecida no inciso IV do item 16.2 deste termo será precedida de análise jurídica e observará as seguintes regras:

I. quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de competência exclusiva do prefeito municipal.

15.2.8. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do item 16.2. deste termo, poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do mesmo item.

15.2.9. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

15.2.10. A aplicação das sanções previstas no item 16.2 não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

15.2.11. Na aplicação da sanção prevista no inciso II do item 16.2. deste termo, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

15.2.12. A aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do item 16.2. requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

16. DO PAGAMENTO E REAJUSTAMENTO

16.1. O pagamento será efetuado mediante empenho, após o recebimento do objeto e apresentação da nota fiscal, no prazo máximo de 15(quinze) dias após a liquidação definitiva realizada pelo Departamento de Material, Patrimônio e Documentos.

CAPÍTULO VI

FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

17. MODALIDADE, TIPO DE LICITAÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO

17.1. A contratação será na forma chamada publica, nos termos da Lei no 14.133, de 1º de abril de 2021.

17.2. Será selecionado o fornecedor que atender a todos os critérios de aceitabilidade de preços e de habilitação exigidos neste Termo de Referência, com a indicação do critério de julgamento a ser adotado.

18. CRITÉRIOS DE APRESENTAÇÃO E ACEITAÇÃO DA PROPOSTA

18.1. A proposta de preço deverá conter as seguintes indicações:

- a)** identificação do proponente (Razão Social/Nome e CNPJ/CPF).
- b)** a proposta financeira deverá ser formulada, contendo preço unitário por item, total por item e total geral, onde deverão estar incluídos, contabilizados e previstos todos os custos inerentes a execução do objeto, indicando, no que for aplicável, a marca, o modelo, prazo de validade ou de garantia; número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;
- c)** prazo de validade da proposta que deverá ser de no mínimo 60 (sessenta) dias.
- d)** apresentada a proposta, o proponente estará automaticamente aceitando e se sujeitando às cláusulas e condições do presente Termo de Referência.
- e)** assinatura do responsável legal da empresa.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA**

19. CRITÉRIOS DE HABILITAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA

Os Fornecedores da Agroindústria Familiar poderão comercializar sua produção agrícola na forma de Fornecedores Individuais, Grupos Informais e Grupos Formais, de acordo com o Capítulo V da Resolução/CD/FNDE nº 06, de 08 de maio de 2020.

ENVELOPE Nº 001 – HABILITAÇÃO DO FORNECEDOR INDIVIDUAL (não organizado em grupo).

O Fornecedor Individual deverá apresentar no envelope nº 01 os documentos abaixo relacionados, sob pena de inabilitação:

1. - a prova de inscrição no Cadastro de Pessoa Física - CPF;
2. - o extrato da DAP Física do agricultor familiar participante, emitido nos últimos 60 dias;
3. - o Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agroindústria Familiar e/ou Empreendedor Familiar Rural para Alimentação Escolar com assinatura do agricultor participante;
4. - a prova de atendimento de requisitos higiênico-sanitários previstos em normativas específicas; e
V - a declaração de que os gêneros alimentícios a serem entregues são oriundos de produção própria, relacionada no projeto de venda.

1. ENVELOPE Nº 01 – HABILITAÇÃO DO GRUPO INFORMAL.

O Grupo Informal deverá apresentar no Envelope nº 01, os documentos abaixo relacionados, sob pena de inabilitação:

1. - a prova de inscrição no Cadastro de Pessoa Física - CPF;
2. - o extrato da DAP Física de cada agricultor familiar participante, emitido nos últimos 60 dias;
3. - o Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agroindústria Familiar e/ou Empreendedor Familiar Rural para Alimentação Escolar com assinatura de todos as agroindústrias participantes;
4. - a prova de atendimento de requisitos higiênico-sanitários previstos em normativas específicas; e
V - a declaração de que os gêneros alimentícios a serem entregues são produzidos pelas Agroindústrias familiares relacionados no projeto de venda.

ENVELOPE Nº 01 – HABILITAÇÃO DO GRUPO FORMAL

O Grupo Formal deverá apresentar no Envelope nº 01, os documentos abaixo relacionados, sob pena de inabilitação:

1. - a prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ;
2. - o extrato da DAP Jurídica para associações e cooperativas, emitido nos últimos 60 dias;
3. - a prova de regularidade com a Fazenda Federal, relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS;
4. - as cópias do estatuto e ata de posse da atual diretoria da entidade registrada no órgão competente; V - o Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agroindústria Familiar para Alimentação Escolar, assinado pelo seu representante legal;

VI - a declaração de que os gêneros alimentícios a serem entregues são produzidos pelos associados/cooperados; VII – a declaração do seu representante legal de responsabilidade pelo controle do atendimento do limite individual de venda de seus cooperados/associados;

VIII - a prova de atendimento de requisitos higiênico-sanitários previstos em normativas específicas.

2. ENVELOPE Nº 02 – PROJETO DE VENDA

1. No **Envelope nº 02** os Fornecedores Individuais, Grupos Informais ou Grupos Formais deverão apresentar o **Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agroindústria Familiar**.
2. A relação dos proponentes dos projetos de venda será apresentada em sessão pública e registrada em ata após o término do prazo de apresentação dos projetos. O resultado da seleção será



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

publicado e após o prazo da publicação da relação dos proponentes e no prazo estabelecido o(s) selecionado(s) será(ão) convocado(s) para assinatura do(s) contrato(s).

3. O(s) projeto(s) de venda a ser(em) contratado(s) será(ão) selecionado(s) conforme critérios estabelecidos pelo art. 35 da Resolução/CD/FNDE nº 06, de 08 de maio de 2020.
4. Devem constar nos Projetos de Venda de Gêneros Alimentícios da Agroindústria Familiar o nome, o CPF e nº da DAP Física de cada agricultor familiar fornecedor quando se tratar de Fornecedor Individual ou Grupo Informal, e o CNPJ E DAP jurídica da organização produtiva quando se tratar de Grupo Formal.
5. Na ausência ou desconformidade de qualquer desses documentos constatada na abertura dos envelopes poderá ser concedido abertura de prazo para sua regularização, conforme análise da Comissão Julgadora.

3. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

1. Para seleção, os projetos de venda habilitados serão divididos em: grupo de projetos de fornecedores locais, grupo de projetos do território rural, grupo de projetos do estado, e grupo de propostas do País.
2. Entre os grupos de projetos, será observada a seguinte ordem de prioridade para seleção: I
 - o grupo de projetos de fornecedores locais tem prioridade sobre os demais grupos;
 - 2. – o grupo de projetos de fornecedores de Região Geográfica Imediata tem prioridade sobre o de Região Geográfica Intermediária, o do estado e o do País;
 - 3. – o grupo de projetos de fornecedores da Região Geográfica Intermediária tem prioridade sobre o do estado e do país;
 - 4. – o grupo de projetos do estado tem prioridade sobre o do País.
3. Em cada grupo de projetos, será observada a seguinte ordem de prioridade para seleção:
 1. – os assentamentos de reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e as comunidades quilombolas, não havendo prioridade entre estes;
1. para efeitos do disposto neste inciso, devem ser considerados Grupos Formais e Grupos Informais de assentamentos da reforma agrária, comunidades quilombolas e/ou indígenas aqueles em que a composição seja de, no mínimo, 50%+1 (cinquenta por cento mais um) dos cooperados/associados das organizações produtivas respectivamente, conforme identificação na(s) DAP(s);
2. no caso de empate entre Grupos Formais de assentamentos da reforma agrária, comunidades quilombolas e/ou indígenas, em referência ao disposto no § 2º inciso I deste artigo, têm prioridade organizações produtivas com maior porcentagem de assentados da reforma agrária, quilombolas ou indígenas no seu quadro de associados/cooperados. Para empate entre Grupos Informais, terão prioridade os grupos com maior porcentagem de fornecedores assentados da reforma agrária, quilombolas ou indígenas, conforme identificação na(s) DAP(s).
2. – os fornecedores de gêneros alimentícios certificados como orgânicos ou agroecológicos, segundo a Lei nº 10.831/2003, o Decreto nº 6.323/2007 e devido cadastro no MAPA;
3. – os Grupos Formais sobre os Grupos Informais, estes sobre os Fornecedores Individuais, e estes, sobre Centrais de Cooperativas (detentoras de DAP Jurídica conforme Portarias do MAPA que regulamentam a DAP);
1. no caso de empate entre Grupos Formais, em referência ao disposto no § 2º inciso III deste artigo, têm prioridade organizações produtivas com maior porcentagem de agricultores familiares e/ou



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA**

empreendedores familiares rurais no seu quadro de associados/ cooperados, conforme DAP Jurídica;

2. em caso de persistência de empate, deve ser realizado sorteio ou, em havendo consenso entre as partes, pode-se optar pela divisão no fornecimento dos produtos a serem adquiridos entre as organizações finalistas.

5.4 Caso a EEx. não obtenha as quantidades necessárias de produtos oriundos do grupo de projetos de fornecedores locais, estas deverão ser complementadas com os projetos dos demais grupos, em acordo com os critérios de seleção e priorização citados nos itens 5.1 e 5.2.

19.1 ATESTADO(S) DE CAPACIDADE TÉCNICA

() Sim (x) Não

Justifique a necessidade ou não de apresentação de atestado (s) de capacidade técnica:

Por tratar-se de dispensa de licitação, não há necessidade de capacidade técnica.

19.2 VISTORIA

(x) Não () Sim () Opcional () Obrigatória.

Justifique a necessidade de vistoria obrigatória:

Não se aplica.

19.3 DOCUMENTO OFICIAL DO FABRICANTE

(x) Não () Sim

Em caso da resposta for SIM, descreva qual documento a ser solicitado:

19.4 AMOSTRA

(x) Não () Sim

19.5 LEGISLAÇÃO TÉCNICA APLICÁVEL

Não se aplica.

19.6 TRATAMENTO DIFERENCIADO ÀS MEs E EPPs

Não se aplica.

19.7 DAS VEDAÇÕES

Não poderão concorrer nesta chamada os interessados:

19.7.1. proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

19.7.2. que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

19.7.3. que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 14 da Lei n. 14.133/2021;

19.7.4. que se encontrem sob falência, concurso de credores ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação.

20. ESTIMATIVA DE PREÇOS

Os preços que fundamentam esta estimativa de valores foram por mim obtidos e rubricados, são verdadeiros e representam o melhor resultado que pude obter seguindo as orientações das normas que regem a matéria.

Oscar Giovani Martins Rosa

Coordenador Administrativo SMEC, 19 de Janeiro, 09h30min.

21. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

21.1. Os recursos destinados à cobertura das despesas ora pretendidos se encontram alocados no Orçamento Geral do Município e serão custeadas com recursos financeiros provenientes do Tesouro Municipal ou Governo Federal/emenda parlamentar.

21.2. A despesa proveniente desta contratação correrá por conta da seguinte dotação orçamentária específica descrita no Pedido de Compras:

200212.361.0130.2247 - 3.3.3.9.0.30.00.00.00 - 43719 GÊNEROS ALIMENTAÇÃO

200212.365.0130.2246 - 3.3.3.9.0.30.00.00.00 - 44531 GÊNEROS ALIMENTAÇÃO

200212.366.0130.2248 - 3.3.3.9.0.30.00.00.00 - 44532 GÊNEROS ALIMENTAÇÃO

CAPÍTULO VII
DISPOSIÇÕES GERAIS E INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Os casos omissos serão resolvidos pela pasta gestora juntamente com o fiscal titular e/ou fiscal substituto.

São Borja/RS, 20 de Janeiro de 2026.

Lucas Avila
SMEd/Dpto Administrativo

Maria de Lourdes Miranda Balbueno Rocho
Secretária SMEC
Decreto N° 20.987/2025

(x) Defiro
() Indefiro

José Luiz Rodrigues Machado
Prefeito de São Borja/RS